

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESSES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAS.**

**REQUERIMENTO Nº DE 2007**  
(da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Domingos Dutra)

Requeremos realização de Audiência Pública face a grave situação do Presídio de Urso Branco, em Rondônia.

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da *Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro*, visando verificar a situação atual do Presídio de Urso Branco em Rondônia.

### **Justificação**

O Estado de Rondônia negligencia frequentemente suas obrigações com o apenado, sobretudo no Presídio de Urso Branco, não separando a população carcerária por tipo de crime, fechando os olhos para a superlotação, para a precariedade das celas, enfim, insistindo em submeter o detento a um tratamento desumano. Vários casos de tortura já foram denunciados e informações prestadas

por Entidades de Direitos Humanos dão conta de que as recomendações emanadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos referentes ao Presídio de Urso Branco não estão sendo cumpridas.

Esta CPI tem a oportunidade e a finalidade de desvendar os motivos que levam o sistema carcerário a não cumprir com suas atribuições primárias. Neste sentido, julgamos ser imprescindível a aprovação deste requerimento, que se justifica plenamente em função das questões acima relatadas.

Sugerimos as seguintes instituições e pessoas para serem ouvidas na Audiência Pública:

1. Gilvan Cordeiro - secretário da Secretaria de Administração Penitenciária de Rondônia (SEAPEN)

2. Promotores da Execução Penal do Ministério Público de Rondônia, Dra Lisandra Santos ou Dr. Rudson Coutinho da Silva

3. Juizes da Vara de Execuções Penais, Drs. Alexandre Miguel ou Sérgio Willans

4. Diretora do presídio Urso Branco - Janaína Carvalho Aldunate  
peticionários, a Comissão Justiça e Paz de Porto Velho e a Justiça Global.

5. Sandra Carvalho, da Justiça Global, peticionária junto à Corte Interamericana.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2007

Deputada Iriny Lopes  
PT/ES

Deputado Domingos Dutra  
PT/MA